

Católico e Democrata

A notícia da morte de D. José Policarpo, Patriarca emérito de Lisboa, antigo Chanceler e reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), chegou-me em Budapeste, precisamente na Universidade Católica da Hungria, (Paxmany Peter). Aí discutíamos um tema que era caro a D. José, o da relação entre a religião cristã e a democracia moderna.

A notícia da morte de D. José Policarpo, Patriarca emérito de Lisboa, antigo Chanceler e reitor da Universidade Católica Portuguesa (UCP), chegou-me em Budapeste, precisamente na Universidade Católica da Hungria, (Paxmany Peter). Aí discutíamos um tema que era caro a D. José, o da relação entre a religião cristã e a democracia moderna.

Foi a convite do Prof. Mário Pinto e de D. José Policarpo que lancei em 1996 um mestrado em Teoria e Ciência Política na UCP. Foi desse programa que gradualmente emergiu o actual Instituto de Estudos Políticos. No centro deste projecto esteve a criação de um escola “normal” e não sectária de estudos políticos -- uma escola onde diferentes tradições e pontos de vista pudessem entrar em conversação com a matriz cristã que inspira a Universidade Católica.

Esta possibilidade de conversação a várias vozes continua hoje a ser negada por uma herança jacobina, ainda com alguma influência em vários sectores, incluindo sectores universitários. Segundo ela, o cristianismo e a



POR
João Carlos Espada

Director do Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa. Director de *Nova Cidadania*

Igreja católica seriam incompatíveis com a democracia moderna -- e com a própria ideia de universidade.

Está é uma herança intrigante, sobretudo no plano académico, porque subsiste apesar de recorrentemente ter sido refutada pelos factos. A democracia, como observou Tocqueville, foi desde logo um fenómeno político que emergiu no mundo cristão. Muito antes de Voltaire ter escrito sobre a tolerância, John Milton e John Locke fundaram o dever da tolerância na moral cristã. Lord Acton, um católico inglês do século XIX, argumentou persuasivamente que Tomás de Aquino lançara os fundamentos dos modernos regimes constitucionais pluralistas. E Tocqueville observou, em páginas veementes, que a democracia na América não podia

ser compreendida sem o contributo da fé cristã para alicerçar o ideal das limitações constitucionais ao poder político, bem como o direito natural dos indivíduos “à vida, à liberdade e à busca da felicidade”.

A forte correlação entre Cristianismo e democracia foi ainda ilustrada pela experiência portuguesa do 25 de Abril de 1974 -- que abriu caminho à chamada “Terceira Vaga” de transições à democracia. Samuel P. Huntington, o autor da expressão “Terceira Vaga”, chamou-lhe também “vaga católica”.

Nos quinze anos que se seguiram ao 25 de Abril, mais de 30 países na Europa, Ásia e América Latina transitaram de regimes mais ou menos autoritários para regimes mais ou menos democráticos. Dois dos três primeiros desses países (Portugal e Espanha) são maioritariamente católicos. A seguir, o movimento de democratização atingiu seis países da América do Sul e três da América Central, todos predominantemente católicos. As Filipinas foram o primeiro país asiático a reunir-se à “terceira vaga”. E a Polónia e a Hungria, católicas, foram os primeiros países do Leste europeu a ensaiar a transição do comunismo



*George Weigel
sublinhou o
papel crucial
do Concílio
Vaticano
II e da sua
Declaração sobre
a Liberdade
Religiosa,
bem como o
subsequente
papel decisivo
do Papa polaco,
João Paulo II*

D. José Policarpo simbolizou entre nós este espírito democrático de diálogo da mensagem cristã e católica com outras vozes e outras perspectivas. Enquanto reitor da Universidade Católica, sublinhou a sua identidade católica, ao mesmo tempo que reforçava a busca da excelência académica. Enquanto chanceler daquela universidade, foi ele que nomeou o primeiro reitor leigo, Manuel Braga da Cruz, e, doze anos depois, a primeira mulher como reitora de uma universidade portuguesa, Maria da Glória Garcia.

Numa das últimas iniciativas antes da sua resignação do cargo de Patriarca de Lisboa, em Maio de 2013, D. José promoveu em Fátima umas Jornadas Pastorais do Episcopado sobre “a organização da sociedade à luz da doutrina social da igreja”. Como era seu timbre, chamou crentes e não crentes, reunindo oradores como Manuel Braga da Cruz, Mário Pinto e João Salgueiro, bem como Jaime Gama, António Barreto e Rui Ramos, entre outros.

“Alta síntese de lucidez e bondade” disse certamente D. Manuel Clemente, actual patriarca e chanceler da UCP, acerca do seu antecessor. As cerimónias fúnebres, na passada sexta-feira, tiveram expressiva adesão popular. Personalidades de todos os quadrantes, crentes e não crentes, prestaram derradeira homenagem ao homem da Igreja, ao universitário e ao cidadão. A democracia portuguesa, na sua pluralidade, homenageou dessa forma um grande católico e um grande democrata. ■

para a democracia. Como observou Samuel Huntington, “cerca de três quartos dos países que transitaram à democracia entre 1974 e 1989 eram predominantemente católicos.”

Num artigo notável, publicado em 1990 (“Catholicism and Democracy: The Other Twentieth-Century Revo-

lution”) George Weigel, o biógrafo de João Paulo II, destacou o contributo da Igreja Católica para a democratização mundial. Ele sublinhou o papel crucial do Concílio Vaticano II e da sua Declaração sobre a Liberdade Religiosa, bem como o subsequente papel decisivo do Papa polaco, João Paulo II.



D. José Policarpo simbolizou entre nós este espírito democrático de diálogo da mensagem cristã e católica com outras vozes e outras perspectivas